

**Arquitetura, modernidade e raça: apontamentos sobre os pressupostos
raciais do pensamento moderno¹**

Inácio de Carvalho Dias de Andrade (DA-USP/São Paulo)

Palavras-chave: arquitetura; colonialismo; relações raciais

Em 1941, o engenheiro António Vicente Ferreira, na altura membro do Conselho Superior de Obras Públicas no Ministério das Colónias, realizou uma palestra para os alunos do Instituto Superior Técnico, a mais prestigiada faculdade portuguesa nas áreas da Arquitectura, Engenharia, Ciência e Tecnologia. Vicente Ferreira teve uma longa e frutífera carreira nas colónias portuguesas. Trabalhou como Director Geral das escolas técnicas de Angola, como Director do Departamento de Obras Públicas de São Tomé e tornou-se responsável por todo o sistema ferroviário das colónias portuguesas. De volta à metrópole, Vicente Ferreira foi membro do Conselho do Império Colonial, organização que eventualmente dirigiu de 1946 a 1953.

Inspirados por sua experiência, os alunos do Instituto convidaram-no para uma conferência intitulada “O papel dos engenheiros na colonização branca de Angola”. Na ocasião, argumentando por meio de trabalhos de eminentes geógrafos, antropólogos e higienistas, Vicente Ferreira defendeu uma nova forma de colonização: a colonização científica.

De acordo com ele, “pela ação dos engenheiros a paisagem angolana se transformava lentamente e, sem perder seu carácter tropical, começa a parecer uma terra de gente branca” (FERREIRA, 1941, 175)

Mais tarde, dirigindo-se ao Dr. Vieira Machado, Ministro das Colónias e seu amigo de longa data, incentivou os alunos a participarem do novo projeto de colonização de Angola. Para Teixeira, a colonização científica dos trópicos deveria envolver

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

diferentes profissionais: o higienista, o engenheiro agrônomo, o veterinário e o engenheiro civil, o especialista em saneamento das cidades coloniais.

Segundo ele, o conhecimento produzido pelos especialistas ocidentais era essencial para enfrentar os perigos inerentes ao empreendimento colonial. Utilizando estudos contemporâneos sobre os efeitos do clima e da geografia tropical nas populações europeias, Vicente Ferreira desenha um cenário alarmante para os colonos portugueses.

Apoiando-se nos trabalhos do geógrafo português Amorim Girão, do patologista italiano Aldo Castellani e do geógrafo australiano Grenfell Price, Ferreira descreve os perigos de elevados níveis de humidade, temperatura e raios solares na aclimação da população branca em Moçambique e Angola. Para esses pesquisadores, a combinação de umidade, calor e níveis perigosos de raios actínicos provenientes do sol tropical teria um efeito negativo na constituição física e moral dos colonos europeus. Segundo eles, a exposição exagerada da população branca a esse tipo de clima poderia induzir à neurastenia, uma condição psicopatológica causada pelo esgotamento do sistema nervoso central, depressão, fadiga, depravação sexual e degradação moral.

Reconhecendo que existe um clima ideal para cada raça, Ferreira conclui que a colonização branca nos trópicos só poderia ser realizada através de uma “colonização de estufa”, ou seja, por meio da criação de ambientes artificiais em que a população branca deslocada pudesse viver sem perigo.

Os esforços exigidos não seriam desprezíveis, entretanto, para os administradores coloniais, o preço a pagar pela omissão seria muito maior. Escrevendo na mesma época que Ferreira, o médico-sanitarista Antônio Pacheco, que passara boa parte de sua vida em Lourenço Marques, oferece-nos um relato da capital moçambicana à época da colonização pré-científica. A cidade que, nos fins do século XIX e início do século XX ficara conhecida como o “cemitério dos brancos”, é descrita como um local de “homens

sedentários e neurastênicos”, repleta de “casais vivendo em promiscuidade imoral” e habitada por “gente de diversas raças, com usos e costumes diferentes, que de comum, possuíam apenas a ignorância dos mais rudimentares princípios de higiene” (Pacheco, 1962, 34).

Na falta de socorros médicos, a população branca procurava os bárbaros curandeiros locais. Em suma, Lourenço Marques no começo do século era uma cidade na qual, os brancos sobreviviam de tal forma que seus hábitos, costumes e até mesmo sua cor assemelhavam-se com a dos pretos.

A preocupação com a regressão civilizacional de seus colonos não era apenas um recurso estilístico do autor ou uma exagerada metáfora, tanto que a partir do século XX a questão passou a ser objeto de intervenção especializada das autoridades coloniais. Em 1947, em um conjunto de artigos direcionados a colonos que viajavam para as possessões ultramarinas, Álvaro Afonso dos Santos, Prof. da Escola Superior Colonial, alertava: “O metropolitano que se deixa cafrealizar é indigno da civilização que representa. A cafrealização deve ser considerada doença grave de patologia tropical e exige cura imediata na metrópole”. Adiante, acrescenta: “deixa ao indígena a mulher do indígena e constitui seu lar de colono com honestidade e respeito. O império tem necessidade de casais de colonização assentes nas mais sólidas bases da moral cristã” (SANTOS, 1945, 65)

O perigo da cafrealização não era um assunto iminente novo. Durante todo o século XVIII e XIX, a metrópole foi assombrada por relatos de viajantes que testemunhavam a bestialidade a quais os colonos eram reduzidos nos sertões africanos. Entre 1831 e 1832, Antônio Gamito exasperou-se ao perceber que os portugueses que deveriam “espalhar as luzes da civilização europeia” eram os mesmos que “abraçam os usos e costumes bárbaros dos cafres” (GAMITO, 13, 1854). Mais de meio século antes,

Lacerda e Almeida chegava a conclusões similares e condenava os vícios e superstições dos portugueses polígamos que viviam no Vale do Zambeze. Possivelmente, algumas das histórias mais macabras que chegaram aos ouvidos temerosos da elite metropolitana e colonial tenham sido os relatos sobre o temível Bonga. Nascido como António Vicente da Cruz, Bonga era membro de uma das mais tradicionais famílias dos Rios de Sena. Os relatos dão conta de sua figura cambaleante. Sempre embriagado, com a pele enegrecida pelo sol e pelos hábitos degenerados que cultivara, Bonga aterrorizou os sertões do Vale do Zambeze atacando caravanas portuguesas e massacrando soldados portugueses em seguidas guerras contra o governo até sua morte no fim do século XIX (ALMEIDA, 1889). Quando os administradores coloniais discutiam sobre os perigos da cafrealização, imagens de patricios enegrecidos e raivosos como Bonga viam-lhes à mente.

Entretanto, com a virada do século XX e o advento das ciências médicas e sanitárias, o problema da regressão civilizacional e da cafrealização deixa de ser entendido como uma consequência dos hábitos e costumes em deterioração, da degenerescência sexual ou do poder sedutor das crenças atrasadas dos indígenas e passa também a ser explicados pela condição do meio, das regras de higiene, das técnicas construtivas e da raça. Nesse sentido, para os administradores coloniais, os perigos do projeto imperial – a regressão civilizacional, cultural e mesmo física, capaz de enegrecer os corpos e as mentes dos colonos menos aptos e mais suscetíveis –, começam a ser percebidos como uma questão técnica e científica.

Em 1890, Manuel Ferreiro Ribeiro, formado na Escola Médica-Cirurgia do Porto, publica seu livro “Regras e preceitos de Hygiene Colonial”. Baseado em suas experiências em São Tomé e Príncipe e Angola, Ferreira Ribeiro é um dos primeiros autores portugueses a reinterpretar as inclemências da colonização por meio dos princípios de aclimação e salubridade nos climas quentes. Segundo ele, era notório de

que as “raças que habitam as zonas de máximo calor são improgressivas, e natural é também que os colonos e os imigrantes, quando ahi se estabeleçam, se tornem também improgressivos se se deixarem dominar pelo meio externo a que se querem adaptar” (RIBEIRO, 1890, 56).

Na tentativa de estabelecer colônias funcionais, saudáveis e salubres, Ferreira Ribeiro atenta para o meio externo colonial e sua influência em indivíduos de raça branca, destacando elementos como a atmosfera, o calor, a temperatura, humidade, raios de sol e luminosidade. Para ele, a pele, o vestuário e a habitação, constituíam, respectivamente, a primeira, segunda e terceira barreiras físicas entre o meio inóspito tropical e a constituição física e psíquica do indivíduo europeu. Tais barreiras deveriam ser alvo de intenso estudo e regulação especializada para evitar a degeneração orgânica e moral da colônia.

Em 1902, o Capitão de Infantaria Alfredo de Leão Pimentel, iniciou a publicação do “Manual do Colono” em quatro volumes. Dentre os assuntos abordados, Pimentel dedica boa parte do livro para a explicação de como as residências deveriam ser construídas na tentativa de evitar a insalubridade e promiscuidade. Preocupados com os efeitos nocivos dos raios solares tropicais, capazes de induzir a anemia, depressão e sobre excitação do sistema nervoso simpático, tanto Leão Pimentel como Ferreira Ribeiro definem preceitos básicos para a habitação colonial. Metragem mínima para seus aposentos, número máximo de habitantes, condições de habitabilidade e salubridade e parâmetros para construção de barreiras físicas contra o clima, tais como: paredes, janelas, passagens de ar, varandas e portas (PIMENTEL, 1902).

Tais preceitos são mantidos praticamente inalterados durante mais de 50 anos. Durante a década de 1940, Visconde de Almeida Garret, engenheiro civil da Universidade do Porto, escreve uma série de artigos sobre a constituição da casa do colono em zonas tropicais. Embora nem Almeida Garrett ou Vicente Ferreira em sua supracitada palestra

em 1941 não tenham mencionado arquitetos como especialistas necessários a construção de ambientes higiênicos para europeus de raça branca nas colônias, argumento que os princípios acima enumerados são os mesmos que conduziram os trabalhos posteriores de todos técnicos coloniais durante o período tardo-colonial (GARRET, 1940).

Dois anos após Vicente Ferreira discursar na aula inaugural dos estudantes de engenharia, João Aguiar, na época arquiteto-adjunto do Ministério das Colônias, recomendou que todos os arquitetos que desejassem trabalhar nas colônias portuguesas fossem registrados e monitorados pela equipe do ministro. Para Aguiar, o aumento do número de arquitetos trabalhando sem supervisão nas colônias poderia comprometer a estrutura física e estética dos edifícios e degradar as condições sanitárias das cidades. Segundo ele, as condições sanitárias e a urbanização das colônias deveriam ser orientadas e estudadas por arquitetos e engenheiros, “os únicos profissionais verdadeiramente preparados para enfrentar esses problemas”.

A pressão por regular o trabalho de arquitectos na colônia aumenta após o I Congresso Nacional de Arquitectura em Lisboa 1948. Após a realização do evento, inúmeros arquitectos deixaram Portugal em busca de oportunidades profissionais em África, acabando por consolidar o papel do arquitecto como especialista gabaritado para resolver as questões de saneamento e habitação coloniais.

Tal fato é oficialmente reconhecido no começo da década de 1950. Em 1953, o governo colonial português iniciou um processo de licitação para construir novas casas para colonos transferidos para Moçambique e Angola. Nessa licitação, a arquitectura ganhou um novo papel fundamental. Sob a responsabilidade da Direcção Geral de Fomento do Ultramar, o concurso visou reproduzir em África algumas das características e práticas da arquitectura tradicional portuguesa. O comitê selecionado para avaliar as propostas deveria considerar:

“(…) A composição fortemente rústica e tradicional que se adequa perfeitamente ao caráter e personalidade do colono [Português]” (Concurso, 1953: 1). Entretanto, o comitê finalizou o processo de licitação sem um projeto vencedor. Para os membros do júri, embora as casas tivessem “traduzido bem a natureza do povo português” e “materializado as formas como o nosso povo trabalha, come, veste e dorme”, as restrições financeiras do processo de licitação levaram a habitações com quartos muito pequenos – “menores aos quartos colocados em climas menos hostis ou mesmo destinados a residências indígenas” (Concurso, 1953: 2). Para os membros do júri, apesar dos esforços dos arquitetos, devido às restrições orçamentárias, as “casas das famílias brancas” foram projetadas em “prejuízo de seu conforto e higiene”.

Este pequeno relato também é descrito por Ana Vaz Milheiro em seu livro “Nos trópicos sem Le Corbusier”. Segundo ela, as tentativas da administração colonial de estabelecer uma forte conexão afetiva entre Portugal e seus territórios ultramarinos, promovendo um estilo de arquitetura oficial, foram desafiadas pela profissionalização, sofisticação e autodeterminação com que os arquitetos coloniais portugueses buscaram expressão própria, construindo nos trópicos um conjunto único de edifícios modernos.

Nesse sentido, para autora, a decisão final do comitê destaca as controvérsias que surgiram quando o Gabinete de Urbanização Colonial promoveu suas primeiras tentativas de replicar a casa tradicional portuguesa em terras remotas.

No entanto, como Nuno Domingos já destacou em seu artigo no *Portuguese Journal of Social Science*, a controvérsia estilística, influenciada pelo debate interno das escolas arquitetônicas, reelabora uma visão idílica do colonialismo português e esconde as relações de poder que sustentavam as práticas urbanísticas coloniais. Ao privilegiar discussões estéticas sobre a genuinidade dos elementos tradicionais portugueses, as conclusões do comitê esconde que, para os administradores, o empreendimento colonial

era visto como um projeto perigoso que colocava em risco a própria natureza da cultura europeia (DOMIGOS, 2016).

Se para Milheiro a desavença do processo licitatório foi uma fase inicial de definição dos elementos estilísticos, excertos dos documentos revelam uma preocupação constante com a pureza das raças e revela o medo que oficiais metropolitanos tinham de que seus compatriotas pudessem vir a perder seus hábitos civilizados e mesmo sua branquitude. A ideia de replicar elementos tradicionais portugueses nas casas para trabalhadores coloniais fazia parte de um plano para reforçar seus laços com sua cultura original, fortalecer sua constituição psíquica, e mitigar os riscos do clima africano.

No projeto de Eurico Pinto Lopes para concurso, a preocupação com o clima africano e seus efeitos perigosos é bastante clara. Na altura, Pinto Lopes já era um celebrado arquiteto, mas seu estilo classicista e a atenção que despense aos elementos decorativos portugueses não podem ser dissociados da questão racial:

“Com efeito, estando os seus moradores habituados ao clima moderado da metrópole, compete-nos suavizar as dificuldades de adaptação ao meio ambiente. A mudança de clima pode inferiorizar o indivíduo fisiológica e mesmo psicologicamente, porquanto é verdade que, se as condições atmosféricas da zona tórrida afetam o organismo, não menos certa é a nefasta influência que pode exercer no estado moral. A neurastenia ataca com frequência os europeus aí desterrados, diminuindo-lhes consideravelmente as faculdades de trabalho. O ambiente que os rodear, se for agradável ao espírito e saudável em relação ao corpo, pode contribuir para que se adaptem com mais facilidade. Uma boa construção atenua, em grande parte, as influências perniciosas à saúde, provocadas pelo excesso de calor durante o dia ou pela humidade da noite (...) um certo gosto arquitetônico pode atuar beneficemente no sistema psicológico do indivíduo.”

Mário de Oliveira, outro famoso arquiteto português que disputava o concurso, também projetou casas para colonos “de raça branca” de modo a evitar o risco de doenças tropicais causadas pelo clima. Segundo ele, as casas foram projetadas com atenção para a paisagem, o meio ambiente e as “condições psicológicas do indivíduo”, que segundo ele constituía “a principal característica” que deveria ser considerada pelo arquiteto.

“Uma boa orientação numa casa em regiões tropicais tem as maiores vantagens funcionais e ainda pode igualmente evitar doenças devidas propriamente ao clima, cujos agentes são o sol, o calor excessivo, a luminosidade, golpe de sol, golpe de calor, cuja forma lenta é a anemia tropical”

Nas revistas de medicina da época, a anemia tropical e a neurastenia apareciam frequentemente juntas ou era até mesmo usadas como sinônimos da doença psicológica que afetava os indivíduos europeus nos trópicos.

No final do concurso, o júri considerou que os arquitetos replicaram com sucesso o estilo tradicional português nos trópicos. “Casa Portuguesa? Com certeza, mas portuguesa ultramarina”, concluíram satisfatoriamente em seu relatório. No entanto, para eles, os azulejos decorativos, as grelhas das janelas ou os tecidos portugueses para as cortinas não compensavam o tamanho reduzido dos quartos e áreas de estar, projetados em tamanho muito reduzido em relação ao que indicava os manuais de higiene e saneamento colonial. Em alguns projetos, a “privacidade moral do quarto de dormir do casal encontrava-se comprometida” e famílias mais numerosas poderiam incorrer no erro de misturar meninos e meninas em quartos compartilhados.

O pequeno tamanho das varandas, terraços ou alpendres que poderiam oferecer abrigo em dias quentes e a falta de espaço aberto para circulação foi determinante para a ausência de vencedores.

Embora o comitê reconhecesse a importância da casa tradicional portuguesa para preservar "as condições de vida do trabalhador colono que entre os negros deseja permanecer branco" (Concurso, 1953: 7), também reconhece o fato de que as pequenas dimensões dos espaços comuns poderiam comprometer a higiene do ambiente. As pequenas varandas não impediam que o sol tropical entrasse e os quartos estreitos poderiam induzir a um comportamento sexual indesejável. Isso era especialmente verdadeiro nas casas onde os terraços ofereciam acesso direto aos quartos e permitiam que serviçais negros espionassem a privacidade das famílias brancas.

Pimentel, em 1902, já alertava que o tamanho das janelas e portas de acesso fossem apenas o indispensável para a iluminação interior. A larga varanda deveria contornar toda a casa, mas nunca ser devassada ao exterior. "Como convém, para manter o prestígio, furtar a nossa vida íntima aos olhares curiosos do indígena", avisava. Em 1940, Almeida Garrett, sugere que a varanda deve apenas contornar parte da casa. As áreas mais expostas ao sol deveriam receber a cobertura, mas a parte interior da casa, em especial os quartos, deveria receber o sol fraco da manhã para evitar que a umidade, e as doenças tropicais que trazia consigo, se acumulasse nas paredes. Entretanto, os quartos deveriam ser resguardos por uma cobertura vegetal ou um muro que os isolasse dos olhares curiosos dos locais. Dizia ele, "É da maior conveniência que no edifício da habitação apenas fiquem as divisões onde se passa a vida do colono e sua família, tais como sala de jantar, escritório, quartos de dormir e de costura"

Almeida Garret sugere que a cozinha seja construída num anexo, para evitar que o calor se propagasse pela casa e para limitar o acesso dos serviçais aos cômodos principais. A cozinha, bem como as instalações para os criados, deveria ficar localizadas a uns oito ou dez metros da casa e protegidas pelo arvoredos. Desse modo, o "cheiro nauseante da comida dos negros" também não atingiria a residência. Mas relembra,

“quando a mulher do colono ou suas filhas cozinham elas próprias, [evitando que criados entrem em casa] aqueles inconvenientes desaparecem ou atenuam-se” (GARRET, 1940, 43)

A preocupação geral com a privacidade das áreas íntimas, higiene e conforto da família dos colonos e a atenção dada à amplitude das áreas de circulação revela a meticulosidade com a qual a administração colonial tentou estabelecer ambientes saudáveis para o encontro diário de indivíduos de diferentes raças. Controlando a circulação íntima e espaços comuns, procurava-se mitigar a influência perniciosa do clima e da cultura negra nas relações construídas entre brancos e negros, nas interações diárias das famílias de colonos brancos e, posteriormente, na organização das famílias negras nos bairros indígenas.

Neste sentido, a ideia de que as colônias eram lugares de maus hábitos que podiam minar a cultura portuguesa levou à necessidade de promover amplos espaços privados claramente designados para cada raça.

Na verdade, mesmo as áreas já densamente povoadas, nas quais as condições de salubridade era, teoricamente, melhores, técnicas de regulação de espaços privados e circulação de pessoas foram amplamente aplicadas. Em 1887, Antonio José de Araújo, autor do primeiro plano de urbanização de Lourenço Marques, bane para as colinas periféricas da cidade, os moradores das casas maticadas, habitações construídas de terra batida. Preocupado com os seguidos surtos de varíola que assolaram a cidade, Araújo, acaba com os bairros de alta concentração populacional e conhecida “promiscuidade”. Além dos mais, o Plano Araújo já previa a criação de bairros indígenas, de modo a manter a mão de obra segregada da cidade, mas ainda acessível.

Entretanto, ainda que regulados pela lei de 1913 que os obrigava a registrar-se e portar cédula de identidade para circulação dentro da cidade, ainda era necessário regular

os modos pelos quais os negros circulariam dentro das residências e habitações brancas do centro da cidade.

Até o novo plano de urbanização da cidade, quase todas famílias brancas, à exemplo daquilo que era recomendado para as casas de colonos rurais, construíram anexos a suas residências para que pudessem abrigar serviçais negros no centro da cidade durante à noite, impedindo que precisassem voltar para suas casas para dormir todos os dias. O novo plano de urbanização, porém, estabeleceu limites para os números de serviçais que cada casa poderia manter durante à noite e projetou novos modelos de residência com quartos de criados acoplados. Além de higienizar os anexos da residência, evitando a promiscuidade, a administração deveria zelar pelo crescente número de negros dividindo espaços cada vez mais diminutos com famílias brancas.

Em 1940, Almeida Garrett já projetara uma casa urbana com um quarto pequeno para um criado passar a noite nas casas de seus patrões. Entretanto, os projetos existentes eram sobretudo voltados para casas unifamiliares, que à época, ainda eram as residências recomendadas mesmo em ambiente urbano.

As autoridades coloniais nunca aceitaram totalmente a ideia de unidades coletivas nos trópicos. A imagem de colonos incultos vivendo muito próximos uns dos outros e nos mesmos espaços da população negra alimentou a terrível suposição de regressão cultural. Em 1938, a administração portuguesa decidiu pôr fim àquilo que considerou o pior caso de promiscuidade e falta de higiene nas unidades habitacionais de trabalhadores coloniais. O projecto visava a construção de residências unifamiliares para os moradores da Vila Gorjão, a unidade colectiva para os trabalhadores ferroviários construída em 1903. Já em 1908, cinco anos após o término da construção, os administradores coloniais, atônitos com a superpopulação das unidades, perceberam que sua construção foi uma “má ideia”. No relatório para a construção das novas casas em 1938, os técnicos do Departamento de

Obras Públicas reconheceram que o número de famílias vivendo em “promiscuidade e más condições de higiene” era inaceitável. Para tentar resolver essas questões, sugeriram a construção de um bairro de residências unifamiliares com salas tão amplas quanto possível “para evitar o risco de promiscuidade da Vila Gorjão”.

Desta forma, até a intensificação do processo de urbanização de Lourenço Marques, e o conseqüente aumento dos preços da terra, a construção de unidades habitacionais colectivas era tida como desaconselhável. Isso muda oficialmente com o Plano de Urbanização de Lourenço Marques em 1955, quando João Aguiar, já diretor do Gabinete de Urbanização do Ultramar, publica diretrizes gerais para projetos de habitação coletiva. O plano decidiu as medidas mínimas para os apartamentos, as dimensões necessárias para os edifícios e sua localização em relação às ruas principais. Contudo, os procedimentos de normalização criaram outra controvérsia em Moçambique.

Para os construtores, os parâmetros dos novos edifícios não deixaram uma área de habitação suficiente, obrigando a edificação de apartamentos sem espaço para empregados negros. Assim, os novos edifícios criaram, no último andar, um espaço para acomodar os empregados negros das famílias brancas. No entanto, como uma vez colocado por um administrador colonial no relatório de avaliação de urbanização para as colônias, “se a convivência forçada revela mais do que é conveniente, a distância gera ignorância, indiferença e descontentamento”.

A população branca começou a queixar-se da promiscuidade de negros que viviam sem supervisão de seus patrões nos pisos superiores das unidades coletivas. Esse mau exemplo poderia colocar em dúvida a autoridade do governo português nas colônias. Na tentativa de superar esses problemas, os parâmetros para unidades habitacionais coletivas foram ajustados. Porém, o aumento dos preços da terra e a escassez de áreas utilizáveis

levaram à manutenção de pisos especiais para a população indígena em alguns edifícios modernistas, incluindo a famosa obra-prima de Pancho Guedes, “O leão que ri”.

Nas colônias portuguesas, embora a discussão estilística sobre elementos modernos e tradicionais constituísse uma grande parte do processo de urbanização e tenha ajudado a criar um estilo arquitetônico particular, a construção de novas unidades habitacionais e a disposição interna de seus espaços respondiam a uma preocupação constante com a natureza de cada raça e o gerenciamento de suas relações íntimas. Em 1938, o projeto para os moradores da Vila Gorjão foi recusado pelas autoridades coloniais. Apesar da angústia causada pelas modernas linhas retas das unidades habitacionais e pela ausência de elementos decorativos portugueses – dando origem a casas que se assemelhavam a uma “fábrica ou um armazém” ou mesmo a uma “casa árabe” –, a principal razão para a rejeição da proposta foi a disposição interna dos quartos. Para os técnicos, as famílias brancas seriam obrigadas a morar em casas sem a devida privacidade, levando a relações íntimas promíscuas típicas de populações negras .

A percepção de que os debates estilísticos eram marginais ao processo de construção nas colônias parece ser confirmada pelo diretor do Gabinete de Urbanização do Ultramar quando, em 1953, em relação a discussão sobre casas tradicionais portuguesas, afirma “desde de muito antes da entrada em vigor do decreto 38: 300 de 15 de julho de 1951 [decreto de Salazar que transformou as colônias em territórios nacionais portugueses], que eu procurava compreender o que devia entender-se por aquilo a que alguns chamavam de “estilo colonial português”, e confesso que não me considero ainda elucidado”(Concurso, 1953b: 1).

Neste sentido, embora os debates sobre estética tenham ajudado a criar um conjunto único de edifícios na África lusófona, a ideia subjacente ao seu desenvolvimento parece ser a constante busca por um equilíbrio precário entre a necessidade de europeus

deslocados coexistir nos mesmos espaços que os africanos e os perigos que clima e a proximidade excessiva oferecem.

Bibliografia:

CONCURSO para trabalhadores colonos. Comissão jurí: eng. Mário José Ferreira Mendes, arq. Fernando de Assis, eng. Ilídio Barbosa (1953) [processo 03196 – Concurso para trabalhadores colono]. AHU, Lisboa.

FERREIRA, Vicente. “Os engenheiros na colonização branca de Angola” In: *Técnica*, 117, 1941.

GAMITO, A. C. P. *O Muata Cazembe e os povos maraves, chevas, muizas, muembas, lundas e outros da África austral: diário da expedição portuguesa comandada pelo major Monteiro e dirigida aquele imperador nos anos de 1831 e 1832.* Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1937.

GARRET, Francisco de Lencastre de Almeida. *Construções coloniais : subsídios para o estudo da habitação do branco e do indígena nas regiões entre-trópicos.* Lisboa : [s.n.], 1940.

LACERDA E ALMEIDA, Francisco José. *Diários da Viagem de Moçambique para os Rios de Senna feita pelo governador dos mesmos Rios.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

MILHEIRO, Ana V. *Nos trópicos sem Le Corbusier.* Lisboa: Relógio d’água, 2012.

PACHECO, António. Lourenço Marques na última década do século XIX In: *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique.* - Ano XXXI, nº 133 ,p. 7-58.

PIMENTEL, Alfredo Leão. *Manual do colono: noções de hygiene colonial.* Porto, 1902.

RIBEIRO, Manuel Ferreira. *Regras e preceitos de hygiene colonial ou conselhos práticos aos colonos e emigrantes que se destinam às nossas colonias do ultramar.* Lisboa, 1890.

SANTOS, Álvaro Afonso. *Breves conceitos para um ideário de colonização portuguesa.* Lisboa: Soc. de Geografia, 1945.